



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FACULDADE DE LETRAS

**A CONCORDÂNCIA VERBAL DE PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL EM ÁREAS
RURAS DO RIO DE JANEIRO**

Jennifer Aguiar de Souza

Rio de Janeiro

2022

JENNIFER AGUIAR DE SOUZA

A CONCORDÂNCIA VERBAL DE PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL EM
ÁREAS RURAIS DO RIO DE JANEIRO

Monografia submetida à Faculdade de Letras da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel
em Letras na habilitação Português/ Espanhol.

Orientadora: Professora Doutora Silvia Rodrigues
Vieira

RIO DE JANEIRO

2022

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por ter escutado as minhas orações e ter me iluminado em todos os momentos que necessitei.

À minha mãe, Patrícia, pelas idas ao ponto de ônibus nos dias de sol e de chuva, que, por tantas vezes sentada na moto do outro lado da estrada, não tirava os olhos de mim até o ônibus vir. Por não ter saído do meu lado em nenhum instante e por tantas vezes ouvir, mesmo sem entender muito bem, os desafios que eu enfrentava.

Ao meu pai, Carlos, que sempre muito orgulhoso de minhas conquistas, me auxiliou por todo esse tempo. Agradeço por tantas vezes ter me colocado em primeiro lugar para que fosse possível eu chegar até aqui.

À minha orientadora Silvia Rodrigues Vieira, pelo acolhimento e paciência. Sou grata por todo o apoio e orientação durante a IC. Obrigada por me acalmar nos momentos de nervosismo e me incentivar a seguir em frente.

Aos meus irmãos, tios e demais familiares, pelo incentivo essencial e por se fazerem presentes.

Aos meus avós, Célia e Juarez (*in memoriam*). Agradeço por todos os ensinamentos deixados. Onde quer que estejam, que esta pesquisa dê orgulho a vocês.

À minha melhor amiga, Karollyne, que me acompanhou desde o ensino médio, obrigada por sempre me encorajar e por tantas vezes torcer pelo meu sucesso como ninguém.

À Fátima e à Catarina, por terem tornado essa jornada tão leve e divertida.

Ao CNPQ, por ter financiado a minha pesquisa ao longo da graduação.

Aos informantes de Guapimirim e Cachoeiras de Macacu, razão do presente estudo.

Esta pesquisa é resultado de que, com muita persistência e apoio, o morador de cidade afastada, considerada zona rural, é capaz de realizar os seus sonhos. Que este trabalho sirva de exemplo a todos que pensam que entrar em uma Universidade Federal, pública e de qualidade, é impossível. A todos que contribuíram para a realização deste sonho, meu eterno muito obrigada.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. DELIMITAÇÃO DO TEMA: A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS DO BRASIL E O CONTINUUM RURAL-URBANO	7
3. A CONCORDÂNCIA VERBAL DE PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL.....	11
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: PRESSUPOSTOS VARIACIONISTAS BÁSICOS	18
5. METODOLOGIA	21
5.1. Descrição do <i>corpus</i>	21
5.3.1. Variável dependente	24
5.3.2. Variáveis independentes	25
5.3.2.2. Variáveis linguísticas.....	27
6. ANÁLISE DOS RESULTADOS	29
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
ANEXO I.....	41
ANEXO II	42

1. INTRODUÇÃO

Embora nas descrições tradicionais raramente se verifiquem a inserção e a classificação da forma *a gente*, ao lado da forma *nós*, no sistema de pronomes pessoais, a alternância dessas formas, representando a primeira pessoa do plural, associada a igualmente variadas formas verbais (do paradigma de 3ª pessoa do singular – \emptyset – ou da 1ª pessoa do plural *-mos*), é de comum uso entre falantes do Português do Brasil. Dessa forma, a presente pesquisa, que se vincula ao projeto *Contínuos de/em variedades do Português: análises contrastivas*, tem por objetivo principal descrever e analisar o comportamento referente à concordância verbal relacionada à primeira pessoa do plural (P4) com *nós* e com *a gente* (*nós andamos versus nós anda / a gente anda versus a gente andamos*) em áreas rurais/menos urbanas do estado do Rio de Janeiro.

Com o objetivo de analisar essas comunidades menos urbanas do estado do Rio de Janeiro, a investigação conta com ocorrências coletadas a partir de gravações sociolinguísticas (realizadas por Corrêa, 2019) e ampliadas na pesquisa de campo realizada no âmbito da presente pesquisa com falantes de Guapimirim e Cachoeiras de Macacu, cidades localizadas na região Metropolitana. Assim, o trabalho, partindo dos preceitos teórico-metodológicos da Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972; 2003), tem o intuito de averiguar se os padrões de concordância admitem as mesmas tendências encontradas, em estudos anteriores, nas áreas mais urbanas.

A fim de atingir os objetivos propostos, a pesquisa tem como base os estudos anteriores realizados principalmente com dados do Rio de Janeiro – como Lopes (1993); Vieira (1995); Machado (1997); Omena (2003); Vianna (2006); Corrêa (2019) e Monteiro (2019) –, que também fundamentaram a formulação de hipóteses e a interpretação do fenômeno da concordância verbal de P4 e suas motivações linguísticas e extralinguísticas. Apesar de os estudos sociolinguísticos já terem tratado do tema no âmbito de variedades do Português do Brasil, uma das justificativas para a realização da presente pesquisa é contribuir com o mapeamento dos dados contemporâneos da variação no *continuum* rural-urbano, priorizando região normalmente caracterizada pela não marcação de plural. Além disso, observa-se, de modo geral, a carência de documentos de registro da constituição do português brasileiro nas áreas mais rurais/menos urbanas.

Para o cumprimento dos propósitos anunciados, o desenvolvimento desta monografia encontra-se segmentado em oito capítulos, a saber: introdução; delimitação do tema: a formação do Português do Brasil e o *continuum* rural-urbano; a concordância verbal de primeira pessoa do plural; fundamentação teórica: pressupostos variacionistas; metodologia; análise dos resultados; considerações finais; e referências bibliográficas. O primeiro diz respeito ao capítulo presente, que introduz e apresenta o perfil deste trabalho. O capítulo dois trata de uma breve discussão acerca dos debates sobre a formação do português do Brasil. O capítulo três apresenta uma breve revisão bibliográfica do tema estudado, delimitando a abordagem adotada. Já o capítulo quatro trata dos fundamentos gerais adotados, baseados da Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968). O quinto capítulo apresenta a metodologia usada ao longo desta pesquisa, com a descrição do *corpus*, os procedimentos adotados e as variáveis controladas. O sexto capítulo expõe os resultados da análise realizada. O sétimo capítulo destaca as conclusões e tece as considerações finais. Por fim, o oitavo apresenta as referências bibliográficas utilizadas neste trabalho.

Após as referências, incluímos, nos anexos, o guia de entrevista utilizado no estudo com os informantes de Guapimirim e Cachoeiras de Macacu, de forma que o leitor tenha acesso ao modelo de entrevista realizado para a obtenção dos dados investigados na pesquisa, junto à ficha de inscrição com os dados considerados mais importantes para a avaliação do perfil de cada informante.

Espera-se, assim, que este trabalho contribua com os estudos de concordância verbal de P4, analisando e descrevendo o fenômeno no contexto de variedades mais rurais/menos urbanas, e constituindo apoio à composição sócio-histórica do Português do Brasil e suas particularidades.

2. DELIMITAÇÃO DO TEMA: A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS DO BRASIL E O CONTINUUM RURAL-URBANO

Os debates acerca da formação do Português do Brasil foram pautados em uma polarização de ideias a respeito dos fatores responsáveis pela singularidade de suas características em relação às do português europeu.

Entre os trabalhos que apresentam a visão de um dos lados dessa polarização está o de Naro e Scherre (2007), no livro *Origens do Português brasileiro*, que aborda a questão de que a gênese dos traços característicos do português popular do Brasil já estaria presente nas variedades do Português que deram entrada ao processo histórico de implantação no novo continente e, por isso, as feições do Português do Brasil não constituiriam efetivamente uma ruptura na transformação da língua. Dessa forma, os autores afirmam que não existe base empírica para sustentar a hipótese de que o Português do Brasil tenha se originado efetivamente a partir de características estruturais de línguas africanas ou quaisquer outras, embora essas tenham colaborado com seu processo de formação.

Ao argumentarem em prol de uma multiplicidade de fatores atuantes no processo de formação do português do Brasil, Naro e Scherre (2007) demonstram que aconteceu uma ação conjunta das forças genéticas com as de contato: “houve uma catálise induzida pelo contato da variação herdada através da via genética, em outras palavras, uma confluência de motivações que agiram em momentos diferentes” (p. 182). De acordo com eles, as origens do português do Brasil são estritamente internas e genéticas; a posterior expansão dos traços geneticamente derivados é externa e motivada pelo contato.

A fim de apresentar outro lado da interpretação da formação sócio-histórica do PB, pode-se citar a diversificada produção de Lucchesi (cf. LUCCHESI, 2008. p. 29-37; 2008. p. 151-180; 2012, p. 45-65), que dispensa especial atenção ao multilinguismo nas origens do Português do Brasil. Intitulada *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil* (LUCCHESI, 2015), por exemplo, constitui obra relevante em que é apresentado como o multilinguismo generalizado no início da colonização portuguesa constituiu a base segundo a qual a polarização sociolinguística se formou; ao lado da língua da elite colonial, que era minoria, situam-se as centenas de línguas indígenas e africanas faladas por esse contingente e seus descendentes postas em contato em diversas fases da colonização.

Em sua vasta produção bibliográfica (que não é possível detalhar nos limites do presente trabalho), o autor apresenta amplo debate acerca da hipótese de que variedades pidginizadas do português tenham emergido sobretudo através do contato interlinguístico entre brancos e a população africana, variedades que poderiam ter se criouliizado entre os descendentes em torno dos engenhos de cana-de-açúcar e dos quilombos – o que, ao que tudo indica, não se efetivou. Em realização ao processo de criouliização, o autor explica:

(...) os registros históricos sobre variedades criouliizadas do português no Brasil são raros e vagos. Assim, apesar de reunir condições socio-históricas, em princípio, muito propícias à criouliização da língua do colonizador europeu, não ocorreu no Brasil um processo estável, duradouro e representativo de criouliização da língua portuguesa. (p. 93)

Desse modo, o autor defende, em sua interpretação das mudanças linguísticas processadas no território brasileiro, o que identificou como um processo de transmissão linguística irregular.

Independentemente dos diversos aspectos concernentes ao processo, importa destacar que, segundo Lucchesi (2015), o multilinguismo generalizado passou a enfraquecer-se por volta do início do século XIX, com o avanço na língua portuguesa resultante do crescimento demográfico da América Portuguesa. Apesar de esse povoamento promover o avanço na língua portuguesa, a polarização se manteve pois mantinha-se a convivência com as línguas francas africanas da população escravizada que, apesar da opressão cultural e linguística, foram em alguma medida conservadas.

A intensidade dessa polarização sociolinguística começou a diminuir, entretanto, a partir da Revolução de 1930, que desencadeou o processo de industrialização e urbanização, invertendo a distribuição da população brasileira no binômio *campo-cidade*. Segundo o autor, o desenvolvimento tardio e dependente do capitalismo no Brasil fez com que a polarização sociolinguística mantivesse sua radicalidade. É nesse sentido que o autor propõe que o longo processo de polarização sociolinguística acabou por resultar na formação igualmente polarizada da norma culta – aquela que é constituída pelos usos e pela avaliação social de indivíduos altamente escolarizados e com acesso a bens culturais e de letramento típicos dos meios urbanos – e da norma popular – aquela que é constituída pelos usos e pela avaliação social de indivíduos pouco ou não escolarizados, típicos de meios rurais ou isolados geograficamente e socialmente.

Sabe-se, entretanto, que os limites entre as variedades não são rígidos e, ao que parece, com o passar do tempo, vão se reconfigurando. De acordo com Bortoni-Ricardo (2005), é preciso não só questionar os limites entre as categorias de norma culta e popular, mas também

avaliar as mudanças demográficas, sociais e culturais pelas quais passou a sociedade brasileira. Assim, os critérios e as características que fundamentaram essas classificações, como graus de isolamento das comunidades, acesso à escolarização, dentre outros, podem ter sofrido alteração e nem ser mais reconhecidos.

Destacando o eixo que mais interessa ao presente trabalho, é preciso questionar determinados critérios para separar os falantes entre rurais e urbanos, já que a sociedade brasileira passou por grandes transformações sociais, com características específicas em seu desenvolvimento urbano. Durante três décadas, ocorreu no Brasil um processo migratório rápido e amplo que inverteu, demograficamente, o percentual da população do campo *versus* cidade. Nos anos 60, cerca de 70% de brasileiros viviam no campo, enquanto 30%, na cidade. Hoje, contamos com o inverso: a população do campo se reduziu para menos de 30% e a da cidade cresceu para mais de 70% dos brasileiros. (MOLLICA et al., 2008).

Bortoni-Ricardo (2005) propõe, então, a ideia do *continuum* rural-urbano que estende desde as variedades rurais, geograficamente isoladas, até as variedades urbanas. A fim de entender melhor a complexidade desse *continuum*, a autora postula dois tipos de regras variáveis:

(...) regras que definem uma estratificação "descontínua" e que caracterizam as variedades regionais e sociais mais isoladas, recebendo maior grau de estigmatização na sociedade urbana hegemônica, e regras graduais, que definem uma estratificação contínua e estão presentes no repertório de praticamente todos os brasileiros, dependendo apenas do grau de formalidade que eles conferem à própria fala. (p. 40)

O objetivo dessas regras variáveis é possibilitar identificar se o falante possui marcas linguísticas utilizadas no meio rural ou urbano, a fim de verificar onde ele se localiza, em que porção do *continuum* rural-urbano, se rural, urbano ou até rurano – sendo esta ocupada pelas comunidades formadas por migrantes que se instalam, quase sempre, nas periferias das cidades grandes, se misturam aos habitantes locais e entram em contato com o dialeto-alvo. Além disso, busca-se observar também o fato de muitos falantes das cidades investigadas manterem um trânsito constante com áreas mais urbanas, o que poderia classificá-las como *cidade-dormitório*, categoria usada para se referir a aglomerados urbanos surgidos nos arredores de uma grande cidade tipicamente para servir de moradia a trabalhadores da cidade-núcleo de uma região. Dessa forma, é importante levar em consideração questões como faixa etária, local onde os falantes foram criados e a história social das comunidades de fala em questão.

As desigualdades econômicas e a dificuldade de determinadas regiões formadas por migrantes oriundos do êxodo rural se inserirem na economia nacional possibilitaram a

ocorrência de uma urbanização diferente, desordenada. Dessa forma, há uma expectativa de que características linguísticas de falantes que se deslocaram do meio rural para o urbano estejam presentes – até hoje em novas gerações – nas áreas consideradas urbanas no Brasil.

A fim de abordar a complexidade de delimitar variedades ao longo do referido *continuum* e de tratar do convívio entre comunidades, como a favela – que também é resultado da intensa migração rural –, e outras áreas urbanas da cidade do Rio de Janeiro, Monteiro (2019), assim como Bortoni-Ricardo (2005), considera a vivência de cada informante com o objetivo de analisar sua relação identitária com o local onde vive, o que pode contribuir para a interpretação de padrões linguísticos, como os referentes à concordância.

A esse respeito, a autora chama atenção para a realidade das favelas, que não possuem todas as características urbanas como saneamento básico, moradia digna, acesso a transporte público, saúde e educação. Portanto, são caracterizadas por um isolamento não só em termos geográficos, mas também em termos sociais e culturais, que podem igualmente influenciar nas marcas linguísticas da fala dos moradores e em suas identidades. A partir da referida concepção de isolamento, a autora traz à tona a importância de se refletir sobre o perfil das áreas consideradas urbanas com relação às favelas. Tais espaços podem ser opostos socioculturalmente e, linguisticamente, podem ser distintos, complementares ou interdependentes. Ademais, a autora propõe o seguinte:

(...) é essencial pensar e discutir os diferentes graus de urbanidade e a existência de um possível *continuum* favela-asfalto, no qual os falantes podem estar mais próximos do “polo favela”, possuindo características linguísticas prototípicas desse espaço, ou mais próximos do “polo asfalto”, com marcas linguísticas próprias de áreas fora da favela. (p. 23)

Da mesma forma, há que se refletir sobre a complexidade dos meios rurais hoje. Corrêa (2019), nesse sentido, ao descrever o uso e a avaliação da concordância verbal de terceira pessoa do plural, aponta em seus resultados que, embora se possa supor que as pessoas estejam mais isoladas nas áreas rurais, elas podem estar tão integradas quanto os falantes da zona urbana no que diz respeito, por exemplo, aos recursos digitais. Independentemente da facilidade de integração com os centros urbanos, os indivíduos da zona rural ou urbana, principalmente os mais jovens, costumam ter acesso aos meios digitais atualmente. Logo, é possível considerar que tais comunidades tenham caráter menos urbanos/mais rurais em decorrência das diversas características que as constituem (como as que serão apresentadas na Seção 5.1 deste trabalho). Desse modo, é importante destacar que as localidades e os participantes em questão guardam singularidades que precisam ser consideradas na caracterização sociolinguística.

3. A CONCORDÂNCIA VERBAL DE PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL

O tratamento da concordância verbal de primeira pessoa do plural (P4), segundo a tradição gramatical – que tem por objetivo apresentar os usos modelares ou exemplares para a modalidade escrita, como a literária – não costuma incluir a forma *a gente* no quadro pronominal do PB; portanto, não a considera um pronome pessoal, como se pode observar em Cunha & Cintra (2007 [1985]), por exemplo.

Na *Nova gramática do Português contemporâneo*, de Cunha & Cintra (2007 [1985]), a forma *a gente* é tida como "fórmulas de representação da 1ª pessoa" (p. 310), sendo abordada, então, como uma forma de tratamento, e não um pronome. É comentado, ainda, que seria na informalidade que se emprega *a gente* por *nós*. Cabe mencionar também que, em termos normativos, o verbo deve sempre ficar na terceira pessoa do singular (como em *a gente estuda*). Em relação à forma *nós*, é incluída no quadro pronominal e não há qualquer comentário. Contudo, na seção relacionada à morfologia dos verbos, os autores mencionam somente a terminação morfológica padrão *-mos* para acompanhar a forma *nós* (como em *nós estudamos*).

Já na *Gramática normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima, o pronome *a gente* sequer é mencionado e como na *Nova gramática do Português contemporâneo*, de Cunha & Cintra (2007 [1985]); somente a forma plural com o pronome *nós* é comentada.

Embora os compêndios tradicionais privilegiem ou apenas contemplem a forma *nós* como pronome de primeira pessoa do plural, estudos sociolinguísticos registraram que a alternância entre *nós* e *a gente*, acompanhados da forma verbal originária do paradigma de terceira pessoa do singular (P3) ou do plural (P4), é muito produtiva no Português do Brasil. Considerando a realidade priorizada neste trabalho, dos usos no Rio de Janeiro, alguns trabalhos permitem uma breve sistematização, primeiramente, dos padrões de emprego do pronome e, ainda, da concordância verificados na primeira pessoa do plural.

Lopes (1993), em sua dissertação de mestrado, analisou as formas *nós* e *a gente* no português falado culto no Brasil, com base em uma amostra do Arquivo Sonoro do Projeto NURC, com o desempenho linguístico de falantes do sexo masculino e feminino, com formação universitária completa, distribuídos por três faixas etárias. Além disso, buscou verificar se: (i) há uma nuance semântica que distingue os usos de *nós* (quando o referente é [+ determinado]) e o uso de *a gente* (com valor [- definido]); (ii) a substituição de *nós* por *a gente* é um fenômeno de variação estável ou de mudança linguística; e (iii) o comportamento de *nós* e *a gente* no

corpus do NURC, de falantes com formação universitária, se oporia ao do *corpus* de Omena (1986), de falantes com pouca escolaridade.

Os resultados analisados revelaram que os fatores linguísticos que condicionam o uso de *nós* e *a gente* são os mesmos, tanto para os falantes com pouca escolaridade, quanto para os de formação universitária completa. No entanto, o processamento da mudança linguística nos dois grupos ocorreu de forma diferenciada. Nos falantes com pouca escolaridade, a substituição de *nós* por *a gente* encontrou-se em um estágio mais avançado do que entre os falantes cultos. Nestes últimos – os homens e as mulheres de meia-idade – sofrendo pressões sociais maiores, em função de suas atividades profissionais, estariam, talvez, retardando, a efetivação da mudança.

De forma geral, Lopes (1993) destacou as seguintes tendências quanto ao uso de *nós* e *a gente* no português falado culto no Brasil: a) numa sequência discursiva, a forma *a gente* ocorre quando precedida de outra forma *a gente* ou verbo na 3ª pessoa do singular sem sujeito explícito. O mesmo acontece com o pronome *nós* que tende a se repetir no paralelismo discursivo. Porém, quando o referente é outro, a forma escolhida pelo falante também se altera; b) há a diferenciação no emprego de *nós* e *a gente* em relação a um uso mais restrito ou mais genérico. O falante utiliza preferencialmente o pronome *nós* para se referir a ele mesmo e mais o interlocutor (não-eu), ou a não-pessoa: referente [+perceptível] e [+determinado]. No momento em que o falante amplia a referência, indeterminando-a, há maior favorecimento para a forma *a gente*; c) os tempos verbais não-marcados e o presente favorecem o uso de *a gente*; formas [-salientes], enquanto o futuro e o pretérito perfeito e os tempos do subjuntivo favorecem a presença de *nós*: formas [+salientes]; e) Os falantes jovens empregam mais a forma *a gente* e os falantes idosos a forma *nós*. Os adultos, com formação universitária completa, estão utilizando as duas formas; e f) as mulheres tendem a usar mais a forma *a gente* do que os homens.

Machado (1997), em sua investigação sociolinguística sobre a variação do emprego de *nós* e *a gente* em variantes não-urbanas do Norte do Estado, utilizou um *corpus* com o desempenho linguístico de 72 pescadores – todos do sexo masculino –, analfabetos ou pouco escolarizados (cursaram no máximo o primeiro segmento do ensino fundamental), em inquéritos geo-sociolinguísticos na segunda metade do século XX. Os resultados da análise demonstraram maior incidência da forma *a gente*, o que ocorre quando os dados de sujeito explícito e implícito são analisados separadamente.

Investigando os fatores favorecedores da forma *a gente*, o referido estudo verifica que o uso de *a gente* é mais frequente quando precedido de: (i) uma oração introduzida pelo sujeito pronominal *a gente* ou (ii) uma oração com verbo flexionado na 3ª pessoa do singular com sujeito *a gente* implícito. O condicionamento da variante *a gente* mostrou-se mais significativo também no contexto de grau mínimo de determinação, enquanto o *nós* favoreceu os contextos de referência explícita ou parcialmente determinada. Em se tratando do condicionamento extralinguístico, da variável *Faixa etária*, os informantes mais jovens mostraram-se mais propensos à utilização da forma *a gente*, e os mais idosos, à do pronome *nós*. Em geral, os falantes da variante popular norte-fluminense tendem a optar pela forma *a gente*.

Na investigação de Omena (2003), em um estudo de painel (tipo de estudo que, anos depois, acessa os mesmos informantes para entrevistá-los novamente) foram coletados, nas décadas de 80 e 2000 na cidade do Rio de Janeiro, dados brasileiros da Amostra Censo, do Programa de estudos do Uso da Língua (PEUL). A autora afirmou que houve estabilidade na variação entre os pronomes *nós* e *a gente* pois o falante utiliza mais a forma *a gente*, porém, aumenta o uso de *nós* com o decorrer do tempo, especialmente quando é influenciado por fatores como a escolaridade, por exemplo. Concluiu-se, então, que o falante tem preferência pelo uso de *a gente* mas não abandona completamente o uso de *nós*. Dessa forma, o pronome *a gente* vai assumindo o lugar de *nós*, mesmo que o falante apresente certa estabilidade em algum período de tempo.

Vianna (2006), em sua investigação sociolinguística não só sobre a alternância entre as formas *nós* e *a gente*, mas também sobre a concordância na escrita de informantes cariocas, analisa as amostras de fala não-culta e de escrita desses indivíduos naturais do Rio de Janeiro. Foram controladas na investigação as estratégias de concordância verbal estabelecidas com as formas verbais presentes nas estruturas predicativas analisadas. A autora contou com dois diferentes *corpora*: O primeiro constituía-se por duas amostras de entrevistas do Projeto Censo/PEUL-RJ (Censo da Variação linguística no estado do Rio de Janeiro e Programa de Estudos do Uso da Língua) coletadas entre a década de 80 e 2000. O segundo conjunto de dados foi constituído a partir da aplicação de testes de avaliação subjetiva entre estudantes de 1º e 2º graus, objetivando analisar a percepção dos indivíduos em fase de escolarização quanto ao uso de estratégias não-previstas pela gramática tradicional.

Os resultados da análise demonstraram maior produtividade da forma *a gente*, referendando os resultados obtidos entre falantes cultos, com base na amostra NURC-RJ. Investigando a concordância verbal e os fatores favorecedores e desfavorecedores de P4, o

referido estudo verificou que: (i) há maior concordância com a combinação de *a gente* + formas verbais de P3 (*a gente estuda*), (ii) a combinação com verbos em P4 (*a gente estudamos*) se mostrou altamente desfavorecedora da forma, (iii) as estratégias de concordância no singular favorecem o emprego de *a gente*, (iv) estratégias de concordância no plural podem ser consideradas como favorecedoras do pronome *nós*.

Com relação às demais variantes, a análise do tempo verbal indica que as formas menos marcadas favorecem o uso de *a gente*, enquanto as formas verbais caracterizadas por apresentarem mais traços distintivos favoreceriam o emprego de *nós*. Verificou-se, quanto ao fator escolaridade, o favorecimento da forma inovadora principalmente nos níveis intermediários de escolarização – 8ª do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio. Porém, considerando a concordância verbal, nem sempre as estratégias de concordância com a forma inovadora estão de acordo com o que prega o ensino tradicional. Entre os níveis intermediários de ensino, observa-se maior produtividade das estratégias de concordância não-padrão, em comparação com o uso no 3º ano (VIANNA, 2006).

Corrêa (2019), em sua tese de doutorado, investiga não só o emprego das marcas de número em verbos de terceira pessoa do plural, mas também a avaliação das variantes representativas da concordância verbal de terceira pessoa do plural em comunidades do estado do Rio de Janeiro, rurais – Cachoeiras de Macacu e Guapimirim – e urbanas – na cidade do Rio de Janeiro –, considerando entrevistas sociolinguísticas realizadas recentemente (em 2019). Esse trabalho é de grande importância para a feitura da presente pesquisa, pois esta se utilizou da mesma amostra, que foi ampliada, na primeira etapa deste trabalho, no período entre 2021 e 2022.

No que se refere ao emprego das marcas verbais de plural, percebe-se que a concordância padrão predomina em todos os contextos, com índices que vão de 65% a 89%, a depender das estruturas em questão. Ela observa, ainda, que, nas comunidades com traços maiores de ruralidade, a expressão de pluralidade, embora semelhante, é um pouco menor (71%) do que a verificada nas comunidades com traços maiores de urbanidade (77%).

Um outro resultado apresentado pela autora diz respeito à escolaridade dos participantes, variável que atua de acordo com a mesma tendência nos dois locais estudados: conforme a escolaridade aumenta, diminuem os índices de concordância não-padrão. Comparando as duas regiões, cabe destacar que, entre os falantes menos escolarizados, os de nível fundamental na zona rural apresentam 42% da variante não-padrão, enquanto na zona

urbana apresentam menos produtividade, 33%. Em relação à variável *Faixa etária*, a autora constatou que, na zona rural, os indivíduos mais jovens, entre 15 e 34 anos, tendem a realizar menos marca de concordância verbal de terceira pessoa do plural; em contrapartida, na amostra da zona urbana, foram os falantes da Faixa B, a intermediária, que produziram menos essa variante.

No âmbito da relação entre *Escolaridade* e *Saliência fônica*, foi possível observar uma singularidade: os falantes com ensino médio, mesmo tendendo a realizar menos a variante não-padrão do que aqueles com ensino fundamental, tendem a um padrão binário (o grau maior de saliência desfavorece mais que o intermediário a realização dessa variante; este, em relação ao grau menor, afetaria com mesma intensidade) ao passo que os menos escolarizados tendem a um padrão gradual (o grau maior de saliência fônica desfavorece mais que o intermediário e ambos bem mais que o grau menor).

Observando a interação entre *Localidade* e *Faixa Etária*, as tendências apontadas por Corrêa (2019) em relação à idade dos participantes indicam uma significativa diferença quanto ao estágio da variação em cada região. Na região mais urbana, foi encontrado indicativo de variação estável, enquanto na região mais rural verificou-se indicativo de mudança em progresso em direção à implementação da variante padrão – o que pode sinalizar a crescente descaracterização dos traços mais rurais das comunidades, altamente influenciáveis por modelos que vêm dos grandes centros urbanos, viabilizado sobretudo pelo amplo acesso midiático. Ao que tudo indica, o grau de urbanização colabora com a realização da norma de prestígio, confirmando maior influência das normas de cima para baixo – prestigiando os usos praticados por indivíduos urbanos e altamente escolarizados.

Outros resultados obtidos quanto ao emprego da concordância padrão em comunidades menos urbanas, como o de Vieira (1995), demonstram a alta produtividade do cancelamento da marca de número em verbos de 3ª pessoa do plural, por força, sobretudo, de fatores de ordem estrutural. Dos grupos de fatores de caráter linguístico, mostraram-se significativos a saliência fônica, o paralelismo nos níveis clausal e discursivo, e a posição do sujeito em relação ao verbo.

Em termos extralinguísticos, a autora verificou em seu estudo, em relação à variável localidade, que as áreas litorâneas apresentaram probabilidade de concordância um pouco maior do que as situadas mais ao “interior”, o que, em certa medida, sinalizava possivelmente graus de ruralidade distintos no conjunto de dados analisados. Além disso, o estudo sinalizou, também, que, embora os dados de não marcação de plural fossem produtivos, os indivíduos

mais jovens realizaram mais a concordância padrão do que os mais velhos. Assim, a pesquisa sinalizava o processo crescente de realização da concordância no Português do Brasil, o que se associaria ao aumento da escolarização e maior prestígio da chamada norma urbana de prestígio.

É importante salientar, no entanto, que os resultados são referentes à concordância verbal de 3ª pessoa do plural na fala de comunidades pesqueiras do Norte Fluminense, obtidos na década de 80. Dessa forma, tais resultados não podem ser radicalmente comparados com os da presente pesquisa, já que se trata de uma diferença de aproximadamente 40 anos entre cada uma delas; no entanto, trata-se de uma pesquisa que indica a diferença entre os resultados de comunidades rurais do Rio de Janeiro, com menores índices de concordância padrão em comparação com os obtidos em meios urbanos.

O estudo de Corrêa (2019), com dados contemporâneos, também constatou que, nas comunidades com traços maiores de ruralidade, a expressão de pluralidade (71%) é um pouco menor do que a verificada nas comunidades com traços maiores de urbanidade (77%). Concluiu-se, portanto, que, apesar da diferença quanto ao período de recolha dos dados em cada estudo, as cidades localizadas em áreas com traços mais rurais ainda apresentam, ao que tudo indica, menores índices de concordância em comparação com as cidades de traços mais urbanos.

Monteiro (2020) também investigou a concordância verbal de primeira pessoa do plural nas amostras de variedade urbana do Rio de Janeiro, não só em áreas centrais de municípios da grande área metropolitana do estado, como fez Corrêa (2019), mas também em comunidade com perfil diferente, qual seja o de favela carioca (Vila Cruzeiro). Em termos gerais, o estudo também demonstra que há preferência pelo uso do pronome *a gente* em relação ao pronome *nós* nas três áreas investigadas: Vila Cruzeiro (área menos central/mais “periférica”), Nova Iguaçu (área mais central) e Copacabana (bairro turístico da cidade do Rio de Janeiro).

Em termos qualitativos, embora se trate de uma análise preliminar dos dados, um resultado mostrou-se bastante peculiar: a autora observou que, em Nova Iguaçu e Copacabana, os poucos casos de concordância não-padrão são majoritariamente para mais marcas de plural (como em *a gente cantamos*), enquanto nas áreas tomadas como periféricas, como na Vila Cruzeiro (e na fala de um colaborador do Morro Santa Marta, na amostra de Copacabana e adjacências), para menos marcas de plural (*nós cantava*). Dessa forma, os dados apresentados pela autora incitam o questionamento acerca da caracterização sociolinguística do *continuum*

rural-urbano, que costuma atribuir com não marcação de plural de P4, sobretudo, às comunidades rurais e isoladas, e a marcação, às urbanas, de forma geral.

Como se pode observar, o conjunto de estudos observados nesta seção sinaliza que o que se chama de rural/campo ou urbano/cidade constitui um território bastante complexo, heterogêneo. De todo modo, no caso das regiões observadas na presente pesquisa, conforme salienta Corrêa (2019), trata-se de comunidades que apresentam efetivamente traços de maior ruralidade ou de menor urbanidade, em comparação aos típicos de regiões mais centrais das cidades metropolitanas. Nesse sentido, a autora constata que, principalmente no que se refere ao acesso à escolaridade, através do desenvolvimento urbano, a zona rural não se assemelha à zona urbana. Ainda que se verifiquem tais diferenças, a autora identifica indícios de que essas regiões caminham na direção da realidade urbana, em relação não só à produtividade, mas também à avaliação das variantes da concordância verbal de terceira pessoa do plural.

Embora o presente estudo não analise dados das comunidades mais urbanas (Nova Iguaçu e Rio de Janeiro, em bairros e realidade distintas), mas de comunidades que podem ser consideradas menos urbanas ou mais rurais (Guapimirim e Cachoeiras de Macacu), os resultados ora sintetizados tomados em conjunto são fundamentais para a interpretação dos dados e para uma breve comparação entre as tendências observadas para a caracterização do chamado *continuum* rural-urbano.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: PRESSUPOSTOS VARIACIONISTAS BÁSICOS

Para a investigação da concordância verbal na fala de moradores das áreas rurais/menos urbanas do Rio de Janeiro, utilizaram-se os pressupostos de Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972; 2003), que tem como objeto de estudo a variação e mudança da língua, levando em consideração fatores externos e internos ao sistema, a estrutura e a evolução da língua no contexto social de uma comunidade de fala (LABOV, 1972). A partir desse objeto, para compreendermos a Sociolinguística Variacionista, é necessário levar em consideração alguns princípios gerais, como os que ora destacamos: (i) a língua é um sistema heterogêneo e ordenado; e (ii) a competência linguística do falante comporta a heterogeneidade da língua.

O pressuposto de que a língua é um sistema heterogêneo e ordenado nos remete ao princípio de que a heterogeneidade não interfere nem compromete o funcionamento da língua. Segundo o texto pioneiro da área (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]), o que poderia ser disfuncional em uma comunidade de fala culturalmente diversificada seria que a língua fosse um sistema homogêneo e invariável. Apesar desse carácter heterogêneo, a língua é um sistema ordenado, pois os próprios falantes apresentam conhecimento sobre a formação de uma estrutura em uma determinada frase, podendo aceitá-la ou não.

Consolidada na década de 1960, a Sociolinguística parte, portanto, do princípio de que a variação e a mudança são inerentes à língua e que, por isso, devem sempre ser levadas em conta na análise linguística. Assim, o trabalho da Sociolinguística Laboviana é investigar as diferentes formas linguísticas em competição, considerando-as dentro do contexto social, além de sistematizá-las mostrando que a variação não ocorre de maneira fortuita.

Dentro dessa concepção, as línguas são construídas a partir de regras que presidem à opção do falante por uma ou outra variante – as chamadas regras variáveis. Sendo o carácter heterogêneo comum a todas as línguas naturais, dentro de cada comunidade de fala podem ser encontradas diferentes formas de expressar um mesmo conteúdo básico e de mesmo valor funcional. Ao considerar que não existe falante de estilo único, a Teoria da Variação e Mudança prioriza como objeto de estudo a comunidade de fala, não o indivíduo, pois, embora ele apresente conhecimento linguístico sobre o sistema e sobre as normas de uso, interessa aferir o que é geral da comunidade de fala.

No que se refere à relação entre variação e mudança, a Teoria propõe que, na língua, nem tudo que varia sofre mudança, mas toda mudança pressupõe uma variação. Isso significa que, apesar de existirem duas variantes em competição, essa situação não indica que uma irá cair em desuso e a outra se tornará uma forma usual; assim, as duas variantes podem conviver em variação durante anos sem que haja a substituição de uma pela outra (TARALLO, 1999).

De modo a investigar essa dinamicidade da variação nas comunidades de fala, Weinreich, Labov e Herzog ([1968]2006) apresentam cinco problemas que precisam ser averiguados ao estudarmos o fenômeno de mudança linguística; são eles: (i) o problema das restrições, que se refere aos condicionamentos ou restrições linguísticas e extralinguísticas; (ii) o problema da transição, que investiga de que maneira a mudança de uma língua pode acontecer a cada fase do processo; (iii) o do encaixamento, que busca meios para entender como as mudanças se encaixam no sistema das relações linguísticas e extralinguísticas das variantes; (iv) o da avaliação, que especula como os membros de uma comunidade de fala avaliam uma mudança particular; e (v) o da implementação, que procura o motivo de uma dada mudança ocorrer em uma data e local específicos.

De todos eles, esta pesquisa centra-se essencialmente no primeiro, o problema das restrições. Isto porque interessa à investigação estabelecer os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam o falante a empregar ou não as marcas de concordância padrão nos verbos de terceira pessoa do plural.

Em segundo lugar, embora o trabalho não desenvolva investigação específica do problema da avaliação, concebemos que interessa observar os usos tendo em conta o valor social da concordância padrão, que, ao menos em variedades urbanas, costuma receber prestígio (cf. CORRÊA, 2019). No processo de variação, podem ser atribuídas avaliações ou valorações sociais às formas linguísticas, o que se dá por meio de pressões sociais que surgem frequentemente em relação à língua. Quanto a essa avaliação social, Freitag *et alii* (2016), com base na proposta de Labov (1972), descreve as três categorias de variáveis sociolinguísticas:

(...) os estereótipos, que são os traços linguísticos socialmente marcados de forma consciente pelos falantes; os marcadores, que são os traços linguísticos sociais e estilísticos que permitem efeitos consistentes sobre o julgamento consciente ou inconsciente do ouvinte quanto ao falante; e indicadores, que são traços socialmente estratificados, logo, não estão sujeitos à variação estilística. (FREITAG, et alii, 2016, p. 139)

Segundo os autores, o modo como uma variante linguística é avaliada socialmente por um indivíduo ou grupo pode implicar na imagem que queremos passar socialmente daqueles

que fazem uso ou não de determinada variante, pois os interlocutores buscam preservar sua própria imagem.

A fim de analisar como a comunidade de fala de Guapimirim/Cachoeiras de Macacu se comportam diante da concordância verbal, propomos, então, nesta pesquisa, o controle de alguns condicionamentos extralinguísticos – escolaridade, sexo e faixa etária – e linguísticos – explicitude do sujeito, posição do sujeito, distância entre o sujeito e verbo e saliência fônica – para compreendermos como funciona a regra variável da expressão de número em verbos de primeira pessoa do plural.

5. METODOLOGIA

Nesta seção, aborda-se a descrição do *corpus* utilizado, o procedimento de coleta de dados, o levantamento das variáveis linguísticas e extralinguísticas consideradas e o aporte utilizado para o tratamento quantitativo dos dados.

5.1. Descrição do *corpus*



Os dados desta pesquisa foram extraídos de gravações com falantes dos municípios de Guapimirim e Cachoeiras de Macacu. A amostra básica consiste em entrevistas sociolinguísticas acerca de tópicos cotidianos e de situações comuns à experiência do falante, que foram distribuídos por gênero/sexo (homem e mulher); faixa etária (A: 18-35 anos, B: 36-55 anos e C: 56 anos em diante); e escolaridade (1: ensino fundamental, 2: ensino médio).

O *corpus* utilizado compreende a amostra organizada por Corrêa (2019), com 26 entrevistas sociolinguísticas (Anexo I e II), que foi complementada no âmbito da presente investigação. Assim, o material passou a contar com o total de 34 entrevistas, de modo a buscar ter sistematicamente o mesmo número de participantes segundo as variáveis controladas na estratificação¹, como mostra o quadro a seguir. Desse modo, é possível observar o perfil de cada informante.

¹ Não foi possível, ainda, completar o quadro em função da maior dificuldade de localizar indivíduos idosos com ensino médio na região.

Quadro 1 – Perfil dos informantes entrevistados

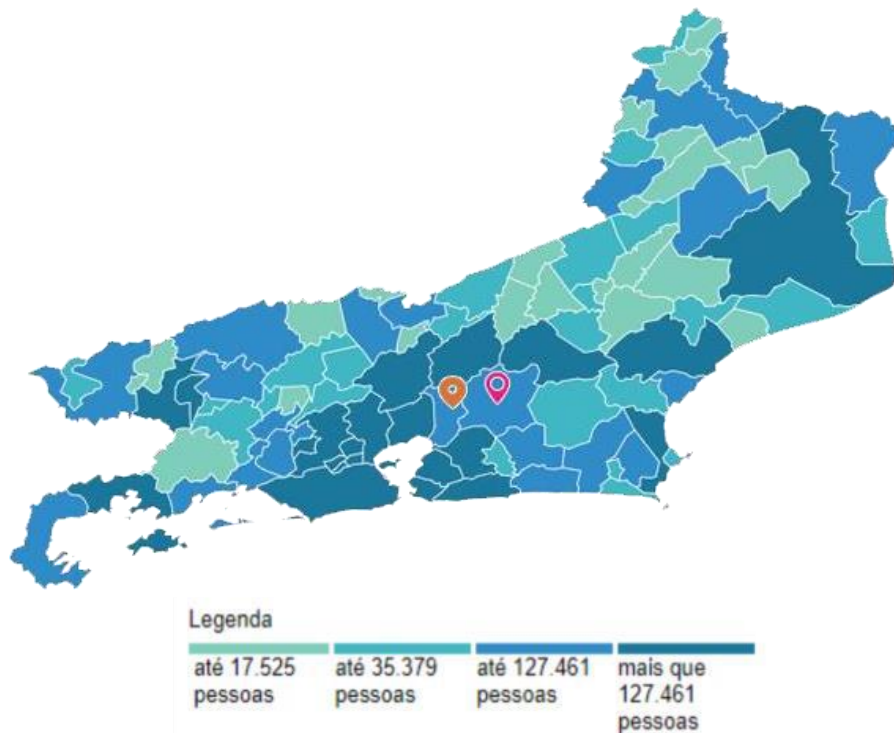
Escolaridade Sexo Idade	Ensino fundamental		Ensino médio	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Faixa A	1 indivíduo	1 indivíduo	1 indivíduo	1 indivíduo
	1 indivíduo	1 indivíduo	1 indivíduo	1 indivíduo
	1 indivíduo	1 indivíduo	1 indivíduo	1 indivíduo
Faixa B	1 indivíduo	1 indivíduo	1 indivíduo	1 indivíduo
	1 indivíduo	1 indivíduo	1 indivíduo	1 indivíduo
	1 indivíduo	1 indivíduo	1 indivíduo	1 indivíduo
Faixa C	1 indivíduo	1 indivíduo	1 indivíduo	1 indivíduo
	1 indivíduo	1 indivíduo	1 indivíduo	1 indivíduo
	1 indivíduo	-	-	-

Legenda:  Guapimirim  Cachoeiras de Macacu

Fonte: adaptado de Corrêa (2019, p. 61)

No que se refere às áreas investigadas nesse *corpus*, pode-se afirmar que Guapimirim e Cachoeiras de Macacu são áreas consideradas rurais e mais isoladas, o que se justifica pela ação de vários fatores, como, por exemplo, pela grande área ambiental existente, pelo número de habitantes e distância de tais cidades até a capital do Rio de Janeiro. Em relação à área ambiental existente, Guapimirim é considerada a área mais bem preservada da Baía de Guanabara; além disso, Cachoeiras de Macacu e Guapimirim chegam a abrigar aproximadamente 60 mil habitantes (IBGE) e têm uma distância 80 km até a capital do Rio de Janeiro, como se pode observar no mapa a seguir, que aponta a localização de cada município.

Figura 1: Mapa do estado do Rio de Janeiro com a localização dos municípios de Guapimirim (em laranja) e Cachoeiras de Macacu (em rosa).



Fonte: cidades.ibge.gov.br, acessado em 12/07/2021

A partir das entrevistas realizadas com os moradores das cidades de Guapimirim e Cachoeiras de Macacu e seus relatos, além da pesquisa em fontes de dados como IBGE e Corrêa (2019), fica evidente que ainda há particularidades nesses municípios que os diferenciam de cidades como Nova Iguaçu ou Rio de Janeiro, sobretudo no que se refere a uma grande defasagem em relação à educação, ao transporte público e à saúde de qualidade.

No que se refere ao acesso ao ensino superior, cabe destacar que existem poucas faculdades privadas e não há qualquer universidade pública, sendo assim necessário deslocar-se para ter acesso ao ensino superior gratuito em outras cidades. Até mesmo o acesso à educação básica completa apresenta certa limitação, motivo pelo qual houve grande dificuldade em encontrar pessoas da faixa C – com 56 anos ou mais – que tenham cursado o ensino médio, o que demonstra que a realidade de tais cidades ainda é bem diferente das demais do estado do Rio de Janeiro.

5.2. Procedimentos

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, diversas etapas de investigação foram cumpridas, como se pode observar a seguir:

- 1- Leituras sobre a perspectiva variacionista e sobre a concordância verbal de P4 na variedade do Português, que fundamentam esta pesquisa.
- 2- Realização de 08 entrevistas com moradores do município de Guapimirim, de modo a ampliar a amostra organizada por Corrêa (2019), totalizando 34 gravações.
- 3- Definição das variáveis que poderiam favorecer ou não a concordância padrão, com base nas características do *corpus* e em resultados dos estudos anteriores já referidos.
- 4- Coleta dos dados com verbos de P4 em estruturas com sujeitos em suas diversas formas (*nós* expresso; *a gente* expresso; não expresso; sujeito composto).
- 5- Codificação das ocorrências coletadas segundo variáveis linguísticas e extralinguísticas.
- 6- Tratamento dos dados com o auxílio do pacote de programas Goldvarb-X, para quantificação das ocorrências e obtenção dos índices absolutos, percentuais e, se houver uma regra variável, relativos.
- 7- Descrição e interpretação dos resultados obtidos.

5.3. As variáveis

A fim de analisar o que favorece a concordância padrão e não-padrão de P4, buscou-se controlar os fatores linguísticos e extralinguísticos. Para estabelecer esses fatores, foram consideradas, principalmente, as variáveis relacionadas ao perfil do *corpus* em análise, além das variáveis linguísticas apontadas como relevantes em estudos anteriores já citados na revisão da literatura.

5.3.1. Variável dependente

A variável dependente adotada neste trabalho é de ordem binária e propõe-se a verificar a ausência ou presença de pluralidade nas formas verbais de P4 considerando duas subamostras, uma com os dados relacionados ao sujeito *nós* e outra com os dados relacionados ao sujeito *a gente*, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 2 – Variável dependente: fatores e exemplificação.

Variável dependente: concordância padrão x concordância não-padrão	
Concordância com o pronome “nós”	<p>- eh:: pena que as administrações... não foram sempre muito boas... quer dizer nós tivemos administrações boas (GUA C2H)</p> <p>- nós acha que a cidade pode mudar com o novo governo²</p>
Concordância com o pronome “a gente”	<p>- eu por exemplo na hora do almoço a gente coloca a mesa almoça (GUA B2M)</p> <p>- a gente fizemos o cadastro e consegue o remédio (CMA B1H)</p>

5.3.2. Variáveis independentes

Essas variáveis dizem respeito ao conjunto de condicionamentos linguísticos e sociais que podem favorecer a concordância verbal de P4. O controle desses grupos de fatores foi motivado pelas hipóteses levantadas no presente trabalho e também em estudos anteriores já mencionados.

5.3.2.1. Variáveis extralinguísticas

² Não foi encontrado nenhum dado relacionado ao pronome *nós* na amostra; desse modo, foi registrada apenas a variante considerada padrão. Por essa razão, a sentença usada para exemplificar a concordância não-padrão foi criada pelo pesquisador.

As variáveis extralinguísticas controladas são as seguintes:

(A) Faixa etária

Os informantes dessa amostra são separados por três faixas etárias, sendo A correspondente aos indivíduos de 15 a 35 anos, B aos indivíduos de 36 a 55 anos, e C aos indivíduos a partir de 56 anos.

Os dados são analisados de modo a permitir observar se a faixa etária poderia influenciar a concordância verbal de primeira pessoa do plural, considerando que, em cada fase, os indivíduos podem alterar ou manter um comportamento linguístico: na fase adulta, os falantes, já tendo a norma vernacular formada, podem apresentar variação na fala; desse modo, eles podem mudar o comportamento linguístico na fase seguinte, manter/acentuá-lo na fase posterior (mudança em progresso) ou resgatar os índices das variantes que tinham na primeira fase (variação estável). A variação estável relaciona-se, por vezes, ao fato de os indivíduos começarem a sofrer pressões sociais e, quando ingressam no mercado de trabalho, a fim de mudar seu comportamento linguístico, passam a utilizar as variantes de prestígio. Dessa forma, na aposentadoria essas pressões cessariam e o indivíduo voltaria com suas “preferências” originais (cf. LUCCHESI, 2015).

Ao explicar a hipótese da polarização sociolinguística, Lucchesi (2015) destaca a importância do controle dessa variável pois ela ajuda a explicar e a identificar diferentes processos de variação. Dessa forma, o controle da variável *Faixa etária* tem permitido investigar, dentre outras coisas, se uma variante é característica de uma faixa etária ou se o padrão de variação sugere uma mudança.

(B) Sexo

Labov (1994) ressalta que, em sociedades urbanas ocidentais, tradicionalmente as mulheres tendem a adotar as variantes prestigiadas e refutam variantes estigmatizadas mais que os homens; em casos de mudança linguística, se a forma inovadora for avaliada positivamente, as mulheres podem ser propulsoras de uma mudança linguística. No entanto, pesquisas

sociolinguísticas realizadas no Brasil constataram que, em periferias das grandes cidades e em comunidades afro-brasileiras isoladas, os homens tendem a liderar a mudança em direção à norma de prestígio. Nesses locais, os homens estariam mais inseridos no mercado de trabalho e emigrariam mais, o que resultaria em uma assimilação das variantes da norma urbana de prestígio e o menor uso das formas típicas da linguagem rural e popular. (cf. LUCCHESI, 2015).

O controle dessa variável tem permitido investigar como os homens e as mulheres se relacionam com a implementação de uma mudança linguística.

(C) Escolaridade

A escolaridade pode influenciar significativamente a maneira como o indivíduo fala. Dessa forma, tem-se o objetivo de verificar a relação entre o nível de escolaridade de cada indivíduo da amostra e o nível de aplicação do ensino fundamental (até 9 anos de escolaridade) e médio (de 10 a 12 anos de escolaridade). Como hipótese inicial, espera-se que, quanto maior for o nível de escolaridade, maior seja o favorecimento da concordância padrão – isso porque a escola incentiva a norma padrão e favorece sua implementação, como demonstra o trabalho de Vieira e Brandão (2014).

(D) Grupo de controle: Informante

Para compreender como se estabelecem as relações na zona rural/menos urbana do Rio de Janeiro, é preciso ter um olhar mais atento a cada falante. Com base nisso, o presente trabalho também criou um grupo de controle de cada entrevistado, a fim de verificar a particularidade de cada perfil, considerando se as experiências pessoais – tendo em vista a origem e a identidade linguística – favorecem ou não o emprego da concordância padrão.

5.3.2.2. Variáveis linguísticas

(A) Explicitude do sujeito

Apesar de o objetivo deste trabalho ser analisar a concordância verbal, a expressão do sujeito também foi controlada inicialmente, a fim de se ter uma visão mais ampla da qualidade dos dados em análise. Além disso, foi através dessa variável que foi possível separar, em termos práticos, os dados de *nós* e os de *a gente*.

Ademais, estudos anteriores (BORTONI-RICARDO, 1985; RUBIO, 2012) demonstraram que sujeitos realizados foneticamente podem influenciar a ausência de marcas de primeira pessoa do plural nos verbos. Por outro lado, o sujeito não-expresso leva o falante a realizar as marcas de primeira pessoa do plural para desfazer possíveis ambigüidades.

(B) Saliência fônica

Rubio (2012), por exemplo, ao investigar a CV de P4 no PB e no PE, demonstra que a saliência fônica – proposta desde os primeiros estudos brasileiros de concordância verbal na terceira pessoa (LEMLE; NARO, 1977) – é fator relevante em relação às marcas de pluralidade. Do mesmo modo, o presente trabalho busca averiguar se maiores índices de diferenciação fônica entre as formas verbais determinam maior marcação de pluralidade. Dessa forma, supõe-se que, quanto menor for a saliência fônica entre as formas verbais, maior seria a tendência para o cancelamento da concordância verbal padrão.

(C) Posição do sujeito em relação ao verbo

Diversos estudos, ao considerarem a posição pré-verbal e pós-verbal do sujeito em relação ao verbo, já demonstraram que, nos casos de sujeito anteposto ao verbo, a concordância padrão mostrou-se mais produtiva do que nos casos de sujeito posposto. Esta pesquisa assume como hipótese que sujeitos em posição pós-verbal, distantes ou não de seus verbos, tendem a desfavorecer a CV, ao passo que a anteposição do sujeito a favoreceria.

(D) Tempo e modo verbal

Com base sobretudo no estudo de Rubio (2012), assumimos que o tempo e modo verbal são relevantes para o tema da concordância verbal. Por isso, a hipótese levantada neste trabalho é a de que o pronome *nós* se vincule a formas no pretérito, enquanto *a gente* estaria vinculado ao presente em razão do morfema *-mos* de P4³. Foram controlados os tempos que apareceram na amostra.

(E) Distância entre o sujeito e verbo

Procurou-se controlar nesta variável a influência da distância entre o sujeito e o verbo para o emprego da concordância verbal. A hipótese adotada é a de que, quanto maior a distância do sujeito e o verbo, maior é a possibilidade de ocorrências não-padrão. Dessa forma, verificou-se quantas sílabas de distância o sujeito apresentava em relação ao verbo: 0, de 1 a 3, de 4 a 5 ou mais de 5 sílabas.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão analisadas, em uma abordagem quantitativa e qualitativa, as ocorrências referentes à concordância verbal de primeira pessoa do plural nas zonas mais rurais/menos urbanas do estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de verificar o status do fenômeno em questão.

As 34 entrevistas realizadas renderam um total de 321 dados de sujeitos de primeira pessoa do plural, que compreendem ocorrências tanto com sujeito expreso – *nós* (11,2%), *a gente* (67,6%), sujeito composto (0,3%) –, quanto com sujeito não-expreso (20,9%), como

³ Embora não tenhamos investigado o status de cada tempo verbal, cabe informar que essa hipótese se vincula à interpretação de que o *-mos* estaria sendo reanalisado como forma gramatical de pretérito; outra linha de raciocínio para a investigação do tempo verbal está relacionada ao encaixamento das tendências em relação ao perfil acentual de cada verbo (*nós cantava*, por exemplo, seria mais natural do que *nós cantávamos*, que não mantém a pauta paroxítona da língua portuguesa).

pode ser observado através da porcentagem disposta no gráfico e dos números apresentados na tabela em seguida:

Gráfico 1: Distribuição dos dados em relação à expressão do sujeito de primeira pessoa do plural na fala de Guapimirim/Cachoeiras de Macacu.

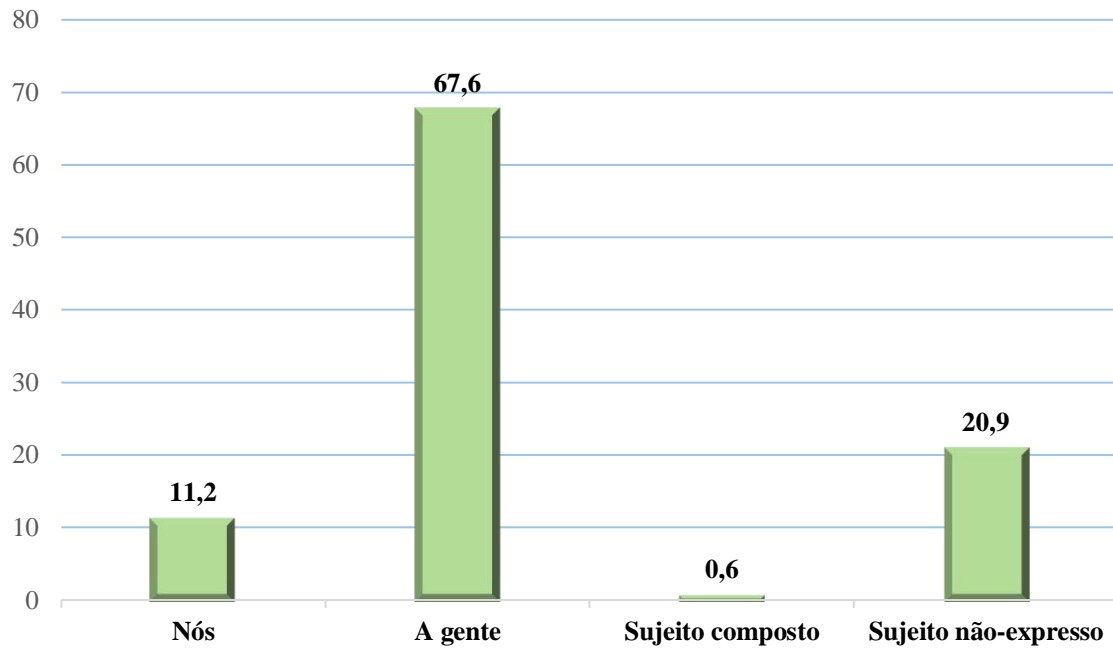


Tabela 1: Quantidade de dados referentes à expressão do sujeito de primeira pessoa do plural nas comunidades de Guapimirim/Cachoeiras de Macacu.

Tipo de sujeito	Ocorrências
<i>Nós</i>	36
<i>A gente</i>	217
Sujeito composto	1
Sujeito não-expresso	67
Total	321

Os resultados apresentados no gráfico e na tabela demonstram que o falante possui preferência pela forma pronominal *a gente*, em comparação com o pronome *nós*, confirmando os resultados dos estudos citados na Seção 3 do presente trabalho. Nesse aspecto, não se pode

propor diferença entre essas áreas rurais e as áreas urbanas controladas nos trabalhos em questão.

Nota-se, também, que os resultados de sujeito expesso superam as ocorrências de sujeito não-expesso, confirmando a hipótese de que os informantes têm preferência por realizações com sujeito preenchido, como também já se demonstrou ser típico do Português do Brasil como um todo (cf. DUARTE, 1995).

Nesta próxima etapa de análise, então, que diz respeito à distribuição geral referente à concordância verbal de P4, foram excluídos os dados de sujeito não-expesso, pois não haveria como afirmar seguramente se a forma verbal foi realizada em referência à forma *nós* ou à forma *a gente*. Por isso, daqui em diante, a análise será feita somente com as ocorrências dos sujeitos expressos *nós*, *a gente* e sujeito composto. Logo, passamos, então, a contar com o total de 254 dados, conforme a tabela a seguir:

Tabela 2: Distribuição dos dados em relação à concordância verbal de P4 nas comunidades de Guapimirim/Cachoeiras de Macacu.

	Concordância padrão	Concordância não-padrão
Nós	36/36 (100%)	Ø/36 (0%)
A gente	209/217 (96,3%)	8/217 (3,7%)
Sujeito composto	1/1 (100%)	Ø/1
Total	246/254 (96,9%)	8/254 (3,1%)

De acordo com os resultados, os níveis de concordância padrão e de concordância não-padrão não se comportam de maneira equivalente em relação aos dados das três formas apresentadas – *nós*, *a gente* e sujeito composto. No conjunto de dados de *nós* e na única ocorrência de sujeito composto, as taxas de concordância padrão foram categóricas. Por outro lado, quanto à expressão da concordância não-padrão, apenas os dados de *a gente* tiveram produtividade, com 3,7%, com 8 dados de não marcação.

Embora o número de dados de não marcação não chegue a configurar, na amostra em análise, uma regra variável nos termos de Labov (2003), que postula que esse tipo de regra se concretizaria por meio de ao menos 5% de emprego de uma das variantes, foi realizada experimentalmente apenas uma rodada multivariada. Nela, apenas a variável sexo foi selecionada.

Considerando as variáveis controladas, é relevante mostrar, para o conhecimento do comportamento da fala no conjunto de participantes, na presente investigação, os índices quantitativos relativos às variáveis extralinguísticas, a começar pela variável sexo (que pode dispor também dos pesos relativos), e descrever, em termos qualitativos, as oito ocorrências de não marcação.

Descrevemos, a seguir, a variável sexo/gênero, cujos resultados podem ser observados na tabela a seguir:

Tabela 3: Distribuição dos dados de não marcação de P4 segundo sexo/gênero nas comunidades de Guapimirim/Cachoeiras de Macacu.

	Ocorrências	%	Peso relativo
Mulher	7/152	4,6%	.65
Homem	1/102	1,0%	.27
Total	8/254	3,1%	-

A partir dos dados expostos, pode-se perceber que o maior número de ocorrências de não marcação foi registrado na fala das mulheres (4,6%), enquanto na dos homens, houve apenas uma (1,0%) ocorrência. Os pesos relativos apresentados na referida tabela confirmam as diferenças obtidas para mulher e homem: .65 e .27, respectivamente. Haveria o favorecimento da não marcação na fala feminina, diferentemente do que ocorreria na fala masculina, com maior tendência à marcação.

Esse resultado vai ao encontro do que propõe Lucchesi (2015), segundo o qual os homens em comunidades menos urbanas podem estar mais inseridos no mercado de trabalho, saírem mais da comunidade, o que resultaria em uma assimilação das variantes da norma urbana de prestígio e o menor uso das formas típicas da linguagem rural e popular. Não é possível aferir a aplicabilidade dessa hipótese especificamente à realidade particular das mulheres que

não realizaram a marcação de plural, mas esse resultado sugere a necessidade de observação desses fatores extralinguísticos e de uma observação etnográfica da comunidade investigada, com a continuidade da pesquisa.

Com relação à variável escolaridade, os resultados estão dispostos na tabela a seguir:

Tabela 4: Distribuição dos dados de não marcação de P4 segundo escolaridade nas comunidades de Guapimirim/Cachoeiras de Macacu.

	Ocorrências	%
Ensino fundamental	2/57	3,5%
Ensino médio	6/197	3,0%
Total	8/254	3,1%

Os resultados obtidos mostram que as ocorrências de concordância não-padrão aconteceram de forma semelhante na fala dos informantes que cursaram o ensino médio (3,5%) e na fala dos informantes com ensino fundamental (3,0%). Desse modo, não se confirmou, nos limites deste trabalho preliminar, a relevância desse grupo de fatores.

Sem dúvida, seria interessante que a continuidade da investigação pudesse ampliar o perfil dos indivíduos entrevistados, de modo a observar, sobretudo, pessoas sem escolarização em contraste com o outro extremo, que seria o de pessoas que conseguem se deslocar para fazer curso superior, em outras cidades.

A seguir, apresentamos a tabela referente aos dados de não marcação segundo a variável faixa etária:

Tabela 5: Distribuição dos dados de não marcação de P4 segundo faixa etária nas comunidades de Guapimirim/Cachoeiras de Macacu.

	Ocorrências	%
Faixa A (entre 15 e 35 anos)	0/102	0%
Faixa B (entre 36 e 55 anos)	7/102	6,9%
Faixa C (a partir de 56 anos)	1/50	2,0%
Total	8/254	3,1%

Considerando os dados expostos, nota-se maior realização de concordância não-padrão com informantes da faixa B (6,9%). A faixa C – com apenas uma ocorrência – demonstrou menor produção de não marcação (2,0%), ao passo que, curiosamente, não houve nenhuma ocorrência de concordância não-padrão referente à faixa A. Dentro do pequeno número de dados, não se pode fazer maiores generalizações, mas apenas afirmar que não há indícios de mudança linguística na amostra investigada.

Tendo em vista a pequena quantidade de dados de não marcação padrão na amostra, cabe, então, expor e descrever os dados a fim de caracterizá-los qualitativamente. Como mencionado anteriormente, foram realizadas 8 ocorrências de não marcação padrão, todas a seguir dispostas:

- (1) ah: **a gente somos** graças a Deus aqui em casa eu tenho um filho que é muito palhaço daqui a pouco ele chega aí conta as palhaçadas eu morro de rir (GUA C1M)
- (2) aqui **pra gente que moramos** aqui no Vale das Pedrinhas aqui só tem o ônibus da Reginas (GUA B2M)
- (3) então eles corre atrás aí fala “ah Citrolândia é barraqueiro” não é não gente eles luta pelo o que eles quer Guapimirim tá assim porque **a gente somos** acomodados (GUA B2M)
- (4) então eu costume falar que **a gente às vezes somos** muito acomodados e as coisas não mudam porque a gente não quer (GUA B2M)
- (5) eu me coloco também no meio somos acomodados então **a gente estamos** satisfeito com o que a gente tem (GUA B2M)
- (6) eu:: se eu tivesse alguém eu falava “gente vai sim é bom morar ali” todos os lugar tem violência **a gente não vamos/** podemos falar que não tem (GUA B2M)

(7) eu:: se eu tivesse alguém eu falava “gente vai sim é bom morar ali” todos os lugar tem violência **a gente não** vamos/ **podemos** falar que não tem (GUA B2M) (8) a gente fizemos o cadastro e consegue o remédio (CMA B1H)

A declaração (1) foi realizada por uma mulher de 61 anos que possui o ensino fundamental completo. A declaração (2) foi realizada por uma outra mulher de 51 anos que possui ensino médio. Já as declarações (3), (4), (5), (6) e (7) foram realizadas por uma mulher de 47 anos que concluiu o ensino médio. Por fim, a declaração (8) foi realizada por um homem de 53 anos que terminou o ensino fundamental.

Em termos estruturais, destaca-se que, em todos os enunciados sem marcação padrão de plural no *corpus* – do (1) ao (8) –, trata-se do sujeito explícito *a gente + -mos*.

Analisando as ocorrências produzidas, nos enunciados (1), (2), (3), (5) e (8), o sujeito da oração se encontra anteposto ao verbo e entre o sujeito e o verbo não há nenhuma sílaba/distância. Os enunciados – com exceção do (8), cujo tempo e modo verbal está no pretérito perfeito do indicativo – encontram-se no presente do indicativo, o que poderia influenciar a realização de marcas de primeira pessoa do plural. Os enunciados (4) e (7) apresentam uma distância de 3 sílabas entre o sujeito e o verbo e os tempos e modos verbais encontram-se também no presente do indicativo.

Com relação à saliência fônica, os enunciados (1), (3), (4) e (8) apresentam a saliência máxima, pois as oposições entre as formas singulares e plurais (*é* e *somos/fez* e *fizemos*) possuem bastante diferença, o que até desfavoreceria a não-concordância. De outro lado, os enunciados (2), (5), (6) e (7) apresentam saliência mínima pois há pouca diferença entre as formas singulares e plurais (*mora* e *moramos*; *está* e *estamos*; *vai* e *vamos*; *pode* e *podemos*), o que favoreceria a não-concordância.

Como se pode observar, não há nitidamente um fator estrutural que possa ser indicado como a razão clara para a realização da não marcação. Ao que tudo indica, é de fato o perfil de certo grupo de moradores da área rural que, por condições diversas, associa o morfema *-mos* à forma pronominal *a gente*. Dessa forma, é preciso estudar a ruralidade dessas localidades socio-historicamente e refletir sobre os incentivos a essas produções na zona rural/menos urbana do Rio de Janeiro, contemplando, sobretudo, o perfil sociocultural dos indivíduos que produziram essas ocorrências de não marcação de plural, sua identidade com sua comunidade, seu acesso a bens culturais, a redes sociais, seu contato com outras cidades, dentre outros fatores.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo preliminar sobre o fenômeno da concordância verbal de primeira pessoa do plural na zona rural/menos urbana do Rio de Janeiro demonstrou alta produtividade nas áreas mapeadas: a regra é categórica em dados com a forma pronominal *nós* (*nós estudamos*) e semicategórica em dados com a forma *a gente* (*a gente estudamos*), apresentando oito ocorrências de concordância não-padrão (*a gente fomos*), com porcentagem de 3,7%, em contraste com 96,3% de concordância padrão no total geral de dados com *a gente*.

A partir dos resultados e das análises dos dados, em termos extralinguísticos, foram as mulheres que mais realizaram a não marcação padrão, o que demonstra a necessidade de aprofundar as configurações de gênero nessa comunidade, sobretudo em relação ao papel das mulheres na vida familiar e social.

Em relação à variável faixa etária, chama atenção o fato de nenhum jovem (faixa A) ter realizado a não marcação de plural, o que também precisa ser aprofundado para o debate da possível aproximação crescente entre o comportamento das comunidades rurais em relação aos padrões sugeridos como modelos pelas zonas urbanas.

No que se refere ao *continuum* rural-urbano, o conjunto de resultados até o momento sugere que os limites entre ruralidade e urbanidade foram reconfigurados com o forte processo de urbanização. Ao que parece, ocorrências como *nós cantava* ainda podem ser verificadas, em um estado como o Rio de Janeiro, em áreas de maior isolamento cultural (como demonstra Monteiro, 2019), ou em áreas de maior isolamento geográfico, como sugerem algumas comunidades ainda mais rurais estudadas com base em amostras coletadas no passado (como demonstra Lucchesi, 2015; e Machado, 1997), do que aquelas a que este trabalho teve acesso.

Por ora, foi possível constatar, principalmente a respeito do acesso à escolarização através do desenvolvimento urbano, que a zona rural não parece equivalente à zona urbana, mas há indícios de que caminha na direção desta realidade em relação à produtividade das variantes da concordância verbal de primeira pessoa do plural (e de terceira pessoa do plural, conforme demonstrou Corrêa, 2019). Nesse sentido, vale ressaltar a dificuldade – enfrentada na pesquisa de campo realizada no âmbito da presente investigação – em encontrar colaboradores idosos com ensino médio e ensino fundamental nessas localidades, o que se diferencia quanto à escolarização em relação aos jovens – que não apresentaram dados de não marcação – os quais,

mesmo na zona rural, se deslocam para regiões mais distantes, se necessário, para completar os estudos.

De maneira geral, a presente pesquisa permitiu fazer considerações sobre o comportamento da variedade rural, contribuindo com os estudos sociolinguísticos de alternância pronominal e concordância verbal do Português. Os resultados sugerem que, na amostra da zona rural/menos urbana em análise, a concordância não-padrão seja em direção à realização da forma *-mos* (*a gente fazemos*), sinalizadora de mais marcas de plural, diferentemente da forma \emptyset (*nós faz*). Assim como foi observado no trabalho anterior de Monteiro (2019) no que diz respeito às áreas urbanas mais periféricas (favelas) da cidade do Rio de Janeiro e no de Vianna (2006) em áreas urbanas centrais investigadas, que também apresentam a não-concordância padrão em raros casos, os resultados, ao que parece, confirmam que a tendência de não marcação seria compatível com um padrão também em direção a mais marcas (*a gente fazemos*).

Por fim, espera-se que, para desenvolver o debate iniciado, a presente pesquisa seja aprofundada com a ampliação do número de entrevistados no corpus para áreas mais distantes do centro, sobretudo Cachoeiras de Macacu, que, segundo os parâmetros do IBGE, se apresenta como uma área mais rural. Assim, será possível, além de ampliar o controle de variáveis linguísticas (grau de referência e paralelismo), investigar com mais profundidade o comportamento de variáveis extralinguísticas (região/ruralidade e ausência de escolaridade). Desse modo, espera-se que o aprofundamento no estudo permita discutir, com maior propriedade, a complexidade e a pluralidade do comportamento das variedades rurais, em comparação com as variedades urbanas, igualmente complexas e variáveis, e, assim, chegar a alcançar as tendências mais gerais do *continuum* rural-urbano nos dias atuais.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do Português. *Alfa: Revista de Linguística* (UNESP. Online), v.56 (3), p. 1035-1064, 2012.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós chegemu na escola, e agora? Sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de Linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 141-155.

CORRÊA, C. M. M. de L. *Concordância verbal de terceira pessoa do plural em comunidades rurais e urbanas do estado do Rio de Janeiro: avaliação e produção*. 2019. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

COSTA, B. F. “É muito difícil pra nós conseguir entrar na faculdade”: análise sociolinguística da concordância de primeira pessoa do plural na variedade urbana do português de Moçambique. Monografia – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2007.

DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio “evite pronome” no português*. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

FREITAG, R. M. Ko.; SANTANA, C. C. de; ANDRADE, T. R. C. de; SOUSA, V. S. "Avaliação e variação linguística: estereótipos, marcadores e indicadores em uma comunidade escolar". In: *Sociolinguística e Política Linguística: Olhares Contemporâneos*. São Paulo: Blucher, 2016, p. 139-160.

LABOV, W. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C.; TUCKER, R. *Sociolinguistic. The Essential Readings*. New York: Blackwell, 2003. p. 234-250.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcus Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LEMLE, M., NARO, A. J. *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro: Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização, 1977.

LOPES, C. R. S. *Nós e a gente no português falado culto do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

LUCCHESI, D. A diversidade e a desigualdade lingüística no Brasil. In: FARACO, C. A. (Org.). *Português: um nome muitas línguas*. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação a Distância - MEC, 2008. p. 29-37.

LUCCHESI, D. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. do. (Org.). *História Social da Língua Nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 151-180.

LUCCHESI, D. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. *Estudos de Linguística Galega*, v. 4, p. 45-65, 2012.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MACHADO, M. S. *Sujeitos pronominais nós e a gente em dialetos populares*. Graphos: Revista da Pós-Graduação em Letras, v.1, nº 2, p. 5-23, 1997.

MOLLICA, M. C.; MELLO, L. de; LOUREIRO, F.; ALÍPIO, R. *Comunidades rurbanas e conflitos linguísticos*. In: Simpósio “Línguas, contatos e fronteiras: da cultura da norma à cultura das variantes”, n.25, p. 63-73. Rio de Janeiro, 2008.

MONTEIRO, L. S. *"Eles fala umas fanfarronagem que nós não entende": A concordância verbal de primeira pessoa do plural em favela do Rio de Janeiro*. Monografia – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

NARO, A. J; SCHERRE, M. M. P. *Origens do Português Brasileiro*. Editora Parábola, São Paulo, 2007.

RUBIO, C. F. *Padrões de concordância verbal e de alternância pronominal no português brasileiro e europeu: estudo sociolinguístico comparativo*. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2012.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000 [1972].

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.

VIANNA, J. B. de S. *A concordância de nós e a gente em estruturas predicativas na fala e na escrita carioca*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

VIEIRA, S. R. *Concordância verbal: variação em dialetos populares do Norte fluminense*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1995.

VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. Tipologia de regras linguísticas e estatuto das variedades/línguas: a concordância em Português. *Linguística*, vol. 30, p. 81-112, 2014.

VIEIRA, S. R; BAZENGA, A. Concordância de terceira pessoa do plural: padrões em variedades do Português. In: VIEIRA, S. R. (Org.) *A interface Fonética-Morfossintaxe*. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2015. p. 29-75.

WEINREICH, U.; LABOV, W. & HERZOG, M. Empirical foundations for theory of linguistic change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.) *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

ANEXO I

GUIA DE ENTREVISTA

- 1) Eu quero saber o seu ponto de vista, como é a cidade de Guapimirim? (Características, como você enxerga Guapimirim)
- 2) Você considera Guapimirim rural ou urbano? Por quê?
- 3) Com tanta violência ultimamente, o que você acha do bairro? O bairro é violento ou tranquilo? Por quê?
- 4) Como é as pessoas se locomovem aqui? Quais são os pontos positivos e negativos dos transportes aqui?
- 5) Teve alguma mudança em Guapimirim de antigamente e o de agora?
- 6) Como é o sistema de saúde daqui? Como é a saúde aqui? (Como o hospital funciona, se tem médico etc.)
- 7) A gente teve eleições aqui recentemente, você acha que pode melhorar o governo? R: não – Por quê?
- 8) Você acha que o antigo governo fez a parte dele?
- 9) Acha que pra ter melhora na cidade tem que ter mais vontade de fazer as coisas ou é falta de dinheiro?
- 10) Se você tivesse o poder de melhorar a cidade, o que você faria?
- 11) Em relação à educação, como você acha que está a educação hoje e como era antigamente? Mudou? Melhorou? Piorou? Por quê?
- 12) Em relação aos pais, como você acha que está a educação dos pais com os jovens hoje em dia? Como era antes e como está agora?
- 13) Você acha que o celular atrapalha em relação aos jovens a fazerem amizade? Você acha que hoje eles ficam mais no telefone do que conversam e fazem amizades?
- 14) O que as pessoas costumam fazer nos fins de semana?
- 15) Por que você acha que as pessoas têm que ir pra longe pra procurar emprego? Por que você acha que aqui não tem emprego?
- 16) Você gosta de morar aqui? Quais são os pontos positivos daqui? Do que você gosta aqui?
- 17) Se você fosse convidar alguém pra morar ou visitar Guapimirim, o que você falaria? Como você chamaria essa pessoa? O que você falaria para a pessoa?

ANEXO II

FICHA DE CADASTRO PARA PARTICIPANTES ENTREVISTADOS

Nome: _____		
Endereço: _____		
Idade: ____	Idade que passou a residir na localidade: ____	Localidade de nascimento:
Escolaridade: _____	Considera o ensino nas escolas em que estudou: <input type="checkbox"/> muito ruim <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> boa <input type="checkbox"/> muito boa Por quê? _____ _____	Profissão: _____
Localidade de residência dos pais: _____		
Profissão dos pais: _____ _____	Idade dos pais: _____ _____	Escolaridade dos pais: _____ _____
Se identifica com a localidade onde reside? Por quê? _____		
Gostaria de residir em outra localidade? Por quê? _____		
Renda <i>per capita</i> média familiar: 1. Menos de R\$ 1002,00 2. Entre R\$ 1003,00 e R\$ 2004,00 3. Entre R\$ 2005,00 e R\$ 5010,00 4. Entre R\$ 5011,00 e R\$ 7014,00 5. Mais que R\$ 7015,00		Número de componentes do grupo familiar: _____
Fontes de informação: Jornal (<i>online</i> ou papel) 1. <input type="checkbox"/> Blog 2. <input type="checkbox"/> Rede Social (<i>Facebook</i>) 3. <input type="checkbox"/> Celular (<i>WhatsApp/SMS/ligação</i>) 4. <input type="checkbox"/> Televisão 5. <input type="checkbox"/> Revista 6. <input type="checkbox"/> Outros: _____	Formas de comunicação utilizadas: 1. <input type="checkbox"/> Rede Social (<i>Facebook</i>) 2. <input type="checkbox"/> Celular (<i>WhatsApp/SMS/ligação</i>) 3. <input type="checkbox"/> Telefone fixo 4. <input type="checkbox"/> Pessoalmente 5. Outras: _____	Pessoas com que mais fala no dia a dia: 1. _____ 2. _____ 3. _____ 4. _____ 5. _____
Exemplo de lugares que frequenta: 1. _____ 2. _____ 3. _____ 4. _____ 5. _____		